



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

AVISO

Encontra-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução **Empreitada por preço unitário**, com a finalidade de selecionar propostas para a **contratação de empresa brasileira de engenharia para execução de obras de melhoramento e expansão de rede de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, conhecido como "OBRAS PART" no Município de Juiz de Fora - MG**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 22 (vinte e dois) de setembro de 2022, às 9h30 (nove e trinta) horas**, no Auditório Térreo, situado à Av. Brasil, 2001, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços a comissão licitante, em acordo com as exigências do Edital.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2022/index.php. O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Juiz de Fora, 16 de agosto de 2022.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

EDITAL

A Prefeitura de Juiz de Fora, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no dia e hora divulgados no Aviso deste Edital, no Auditório Térreo, situado na Avenida Brasil, nº 2001, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução **Empreitada por preço unitário**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011 e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1. DO OBJETO, LOCAL DE EXECUÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

1.1. DO OBJETO

1.1.1. É objeto desta licitação a seleção de **empresa brasileira de engenharia para execução de obras de melhoria e expansão de rede de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, conhecido como "OBRAS PART" no Município de Juiz de Fora - MG**, conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital.

1.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. As obras serão informadas previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

1.2.2. O Município de Juiz de Fora/MG possui uma área de **1.436,00 km²**.

1.3. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o **Anexo I.1** do Projeto Básico, assim como todas as especificações neste contidas.

1.4. DO CREDENCIAMENTO

1.4.1. Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente e/ou membros da comissão licitante, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme **Anexo II**.

1.4.2. O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar atas, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

1.4.3. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

1.4.4. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.



2 - DA HABILITAÇÃO

2.1. Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope “01” – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, **em 2 (duas) vias**, sendo uma via em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à comissão licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável.

2.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação com, preferencialmente, no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

2.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

2.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, *preferencialmente*, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

2.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e atestado(s) de capacidade técnica.

2.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

2.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

2.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.4. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme **Anexo III**.

2.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme **Anexo VI**.

2.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

2.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

2.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

2.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

2.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

2.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

2.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

2.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

2.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

2.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.3.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo XI**.

2.3.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo XI**.

2.3.9. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.3.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.3.9.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

2.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

2.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.



2.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

2.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

2.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **2.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

2.4.2. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante o indicador abaixo calculado pela seguinte fórmula:

Índice de Solvência Geral (SG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ISG maior ou igual a 1(um)

2.4.2.1. O item **2.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

2.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

2.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

2.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

2.4.4. Comprovação de possuir capital social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº



10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

2.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

2.5.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial) válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

2.5.2. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, conforme **Anexo XII**.

2.5.3. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) detentor (es) de certidões ou atestados de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada – que não o próprio licitante (CNPJ diferente), obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital.

2.5.4. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;
- b.** Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- c.** Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum;
- d.** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de anuência do Profissional.

2.5.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

2.5.6. O(s) profissional(is) que apresentar (em) as ART's para comprovação de qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

2.5.6.1. A apresentação de outro engenheiro que não seja o que ofereceu seu nome para a documentação de qualificação técnica que for aprovada ensejará a imediata desclassificação da empresa ocasionando a não assinatura do contrato e encaminhamento à Procuradoria Geral do Município (PGM), para avaliação sobre possível ação judicial contra a empresa e o profissional em questão para ressarcimento de danos ao Município.

2.5.7. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) ou o profissional apresentado como Responsável Técnico já tenha executado, em qualquer tempo, serviços, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s) ou do dito profissional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo "CREA" e acompanhados da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Atestado a ser apresentado deverá conter, conforme súmula nº 263/2011 – TCU:

2.5.7.1. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com quantitativo equivalente no mínimo a 1000 US (hum mil Unidades de Serviço). Caso o atestado não seja referenciado a esta unidade (US), deverá ser apresentado pelo licitante a equivalência dos serviços com base na tabela apresentada no **Anexo I.2-B**.



2.5.7.1.1. A apresentação deste atestado se faz necessária porque a Prefeitura de Juiz de Fora pretende executar diversas obras de extensão de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública em vias da cidade no perímetro urbano e na zona rural no período.

Exemplo: Na hipótese do Atestado apresentado pela licitante estiver escrito:

1. “Instalação de 105 POSTES ATÉ 09m DE ALTURA”: Item 1.1 da planilha **Anexo I.2-B**: para este item o unitário é 0,25 US, então teremos $0,25 \times 105 = 26,25$ US

2. “Instalação 14 Km RDP 3Ø cabo CAA 4 a 1/0 AWG”: Item 15.2 da planilha **Anexo I.2-B**: para este item o unitário é 13,13 US, então teremos $13,13 \times 14 = 183,82$

Então, para esta hipótese, seriam computadas $26,25 + 183,82 = 210,07$ US

2.5.7.2. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE PODAS DE ÁRVORES NAS PROXIMIDADES E EM CONTATO COM REDES ENERGIZADAS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO SEM PROTEÇÃO COM RECOLHIMENTO DE GALHOS E DESTINAÇÃO FINAL. O licitante deverá estar ambientado com as normas ambientais vigentes para podas e supressões e para o descarte do material e com o Manual de Procedimentos IS – 19 da CEMIG.

2.5.7.2.1. A apresentação deste atestado se faz necessária devido ao fato de que Juiz de Fora possui um elevado contingente de árvores em suas vias públicas e à necessidade da empresa mostrar expertise nesta área pois trabalhará diretamente em contato com a rede elétrica da CEMIG e precisará ter conhecimento das leis ambientais vigentes, bem como dos procedimentos para a destinação final do material.

2.5.7.3. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUBTERRÂNEA EM BAIXA E MÉDIA TENSÃO.

2.5.7.3.1. A apresentação deste atestado se faz necessária porque a Prefeitura de Juiz de Fora pretende executar diversas obras com rede subterrânea em algumas vias da cidade, além de transferir alguns pontos com rede aérea para subterrânea, pelo que a empresa a ser contratada deve demonstrar sua expertise nesta área.

2.5.8. Serão permitidos os somatórios de quantitativos, desde que no mesmo período de execução. A referida exigência visa garantir que a empresa contratada tenha condições operacionais suficientes para atender à demanda do porte do Município.

2.5.9. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

2.5.10. Declaração, de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, conforme **Anexo X**.

2.5.11. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com a anuência do mesmo, conforme **Anexo VII**.

2.5.12. Declaração de Conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação, ou seja, toda a área da cidade de Juiz de Fora, que possui 1.436,00 Km², conforme **Anexo V**.

2.6. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.3.1 a 2.3.6 e 2.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.7. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

2.7.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

2.7.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

2.7.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

2.7.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

2.7.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

3. DA PROPOSTA

3.1. A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em duas vias, sendo **uma via impressa**, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da licitante ou procurador constituído, com documentos de textos em formato doc ou docx e planilhas em formato xls ou xlsx e **outra via** entregue em CD ou DVD não gravável. **As duas vias da proposta deverão conter:**

3.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, conforme **Anexo VIII**.

3.1.2. A **Apresentação dos Preços** será feita mediante preenchimento da **PROPOSTA DE PREÇOS** onde a licitante indicará seus preços unitários para cada item da planilha apresentada no Edital, que multiplicado pela quantidade prevista para cada item indicará o preço total do item.

3.1.2.2. **Planilha “I.2-A” - Materiais e Preços.**

3.1.2.2.1. O Preço constante neste item deverá ser o resultado dos quantitativos previstos pela Prefeitura em cada item da Planilha multiplicado pelos respectivos valores unitários oferecidos pela licitante.

3.1.2.3. **Planilha “I.2-B” – Mão de Obra - valores em US - unidade de serviço.**

3.1.2.3.1. O Preço constante neste item deverá ser o resultado da multiplicação entre o número de US (UNIDADES DE SERVIÇOS) previstos pela Prefeitura multiplicado pelo valor da US oferecido pela licitante.

3.1.3. O Somatório dos Preços oferecidos pela licitante nas **duas Planilhas**, referenciadas nos itens acima, será o **PREÇO GLOBAL** de sua proposta.

3.1.4. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes **NÃO PODERÃO SER SUPERIORES** aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados nas Planilhas Orçamentárias, sendo estes o teto máximo a ser aceito pelo Município, condicionando a não obediência à sumária eliminação.

3.1.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

por parte da comissão), com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira, conforme **Anexo IX**.

3.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

3.3. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

3.4. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

3.5. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

4. DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

4.2. A proponente deverá entregar à comissão licitante, no local, na data e na hora fixadas neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e proposta de preços.

4.3. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e o segundo a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

**ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:**

**ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:**

4.4. É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

4.5. A entrega dos 02 (dois) invólucros (Habilitação e Proposta) deverá, **preferencialmente**, ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente.

4.5.1. Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço da Avenida Brasil, 2001/7º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36060-010 - Subsecretaria de Licitações e Compras. No entanto, a subsecretaria não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na subsecretaria até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

4.6. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.



4.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.8. No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após o recebimento dos envelopes, a comissão encarregada da licitação dará início à abertura dos mesmos.

5. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

5.1. No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

5.2. No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01 e 02**, a comissão procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

5.3. Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

5.5.1. Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

5.6. A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados o **Envelope 02**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

5.7. Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço**.

5.7.1. A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço** dos licitantes habilitados.

5.8. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

5.8.1. Rubricadas as propostas, a comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

5.9. Após a análise das propostas e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

5.9.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às especificações e exigências do Edital, à legislação pertinente ao objeto, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestadamente inexecutáveis, comparados aos praticados no mercado.

5.9.2. Classificará as propostas, em ordem numérica crescente, a partir da de **MENOR PREÇO GLOBAL**.



5.9.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.9.4. Lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

5.9.5. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

5.9.6. No local, data e hora designados, divulgará a ordem de classificação, podendo fazê-lo através de publicação.

5.9.7. Divulgada a ordem de classificação, dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

5.9.8. Caso não seja possível analisar a proposta na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.

5.10. Em qualquer fase da licitação, poderá a comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01 ou 02.

5.11. Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento apresentado, caberá à comissão encaminhar o processo à Secretaria Requisitante para que a mesma verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

5.12. A seu critério, a comissão poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

5.12.1. Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total.

5.12.2. Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto.

5.12.3. Qualquer item do quadro de Quantidades não cotado, será considerado com valor 0 (zero), implicando na automática rejeição da proposta.

5.12.4. A comissão terá autoridade bastante para proceder a tais correções, através do Presidente da comissão, ou de quem este venha a delegar tal encargo.

5.12.5. No caso de preços unitários discrepantes em sua grafia numérica e em seu extenso, será considerado como o correto o valor grafado por extenso, ressalvada a hipótese de a discrepância ter sido mero erro formal, comprovado pelo resultado da multiplicação do valor desse preço unitário pela respectiva quantidade.

5.12.6. O preço total resultante da revisão, caso ocorra, processada na forma do subitem anterior, será considerado como o **VALOR GLOBAL PROPOSTO**, para efeito da presente licitação.

5.12.6.1. *Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, deverá ser igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item..*

5.12.6.2. *Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.*



5.12.7. Caso o proponente não aceite a correção dos erros, a sua proposta será desclassificada.

5.13. O julgamento se fará entre as propostas aceitas e a classificação delas será feita levando-se em conta o **menor valor global**, que é o somatório de preço total dos serviços apresentados pelas empresas, obedecidos os critérios do item anterior, atendidas todas as exigências deste Edital quanto à proposta, **classificando-se em 1º lugar a proposta de menor preço global.**

5.13.1. Para efeito do disposto no item **5.13**, entende-se como preço global dos serviços aquele obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos correspondentes.

5.13.2. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes **NÃO PODERÃO SER SUPERIORES** aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados nas Planilhas Orçamentárias, sendo estes o teto máximo a ser aceito pelo Município, condicionando a não obediência à sumária eliminação.

5.14. Os recursos deverão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na subsecretaria, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

5.14.1. Os recursos poderão ainda, ser encaminhados através do link informado abaixo, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

5.15. Serão permitidos o envio de questionamento, impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

5.16. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a subsecretaria remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

5.17. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado.**

5.18. É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

5.19. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

5.19.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

5.19.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

5.19.3. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

5.19.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



5.19.5. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **5.19.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

5.19.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **5.19.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

5.19.7. O procedimento previsto no item **5.19** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

6.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

6.2. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Decorrido o prazo do item **6.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

6.3.1. multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

6.3.2. impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

6.3.3. A multa de que trata o item **6.3.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7 – DO CONTRATO, DOS PRAZOS E GARANTIAS

7.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

7.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

7.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

7.4. A vigência do contrato é de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até igual período conforme a legislação vigente. Caso ocorra alguma alteração na legislação quanto a dilatação de prazos deveremos nos adequar.

7.5. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

7.5.1. O Regime de Contratação será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com os Pagamentos seguindo o indicado neste documento, sendo de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os



materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão-de-obra necessária à prestação de todos os serviços.

7.5.1.1. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela Fiscalização do Setor Elétrico da Prefeitura de Juiz de Fora e pela concessionária de distribuição de energia local, a CEMIG, antes da utilização dos mesmos, sob pena do (s) serviço (s) não ser (em) aceito (s), devendo neste caso a empresa refazê-lo (s) sem ônus algum para a Municipalidade.

7.6. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.6.1. O prazo para início da execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços com Projeto aprovado pela concessionária local (CEMIG).

7.6.2. O prazo para conclusão das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será indicado em cada Ordem de Serviços emitida face grau de dificuldade diferenciado.

7.7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

7.7.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

7.7.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

7.7.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

7.7.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

7.7.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

7.7.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

7.7.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.
- b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

7.7.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

7.8. DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS



7.8.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da CEMIG, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

7.8.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.

7.8.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.

7.9. DO REAJUSTE:

7.9.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

7.9.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

7.9.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

7.9.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

8. DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RELATÓRIOS

8.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

8.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

8.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

8.2. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento para os valores pertinentes às Obras/Serviços executados no mês, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento multiplicados pelos Quantitativos aplicados em cada mês, somados à quantidade de US (Unidades de Serviços) executados no mês multiplicados pelo valor da US cobrado pela contratada.

8.3. O valor do material será obtido pelo total a ser oferecido, resultante da multiplicação da quantidade de cada item pelo valor unitário do mesmo e posterior somatório dos totais dos itens.

8.4. DOS RELATÓRIOS



8.4.1. A Contratada deverá apresentar à Prefeitura de Juiz de Fora, mensalmente junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício aprazado, os seguintes relatórios contendo:

8.4.1.1. Quantidade de novos Pontos de IP inseridos no Parque Luminotécnico da cidade através da execução de obras de Expansão/Melhoria/Ampliação do Sistema de IP durante o mês;

8.4.1.2. Quantidade de Pontos de IP substituídos no Sistema por LUMINÁRIAS LED com a indicação do tipo de luminária retirada, do tipo de lâmpada e potência, se o reator era interno ou externo à luminária e se o relé fotoelétrico era acoplado à luminária ou fixado no poste e qual a potência da nova luminária instalada.

8.4.1.3. Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.

8.4.1.4. Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização para conferência “*in loco*”.

8.5. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

8.5.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

8.6. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da **CCSIP– Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública**, recolhido mensalmente pelos contribuintes/consumidores junto à Conta de Consumo de Energia Elétrica e repassado ao Município de Juiz de Fora pela CEMIG, para este fim.

091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 4.4.90.51. 091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 3.3.90.39.
--

9 - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

9.1.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.

9.1.3. Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.

9.1.4. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.

9.1.5. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.

9.1.6. Fornecer as LUMINÁRIAS LED que porventura venham a ser implantadas na cidade e indicar os pontos onde as mesmas serão instaladas, cabendo nesta situação à Contratada a instalação das mesmas dentro das normas vigentes com os devidos acessórios e especificações dos fabricantes.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



9.2.1. Fornecer mão de obra qualificada (CREDENCIADA pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar UNIFORMIZADO, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer FERRAMENTAL necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva). Todos os funcionários da contratada deverão estar com certificados dentro da validade de Cursos NR-10 e NR-35.

9.2.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.

9.2.3. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, de acordo com os projetos solicitados pela Prefeitura de Juiz de Fora dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade e dentro dos prazos previstos para execução.

9.2.4. Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado.

9.2.5. Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.

9.2.6. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

9.2.7. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

9.2.8. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

9.2.9. Executar as obras de acordo com as solicitações da Prefeitura de Juiz de Fora, seguindo Projetos aprovados pela concessionária.

9.2.10. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.

9.2.11. A elaboração dos Projetos a serem executados será responsabilidade da Prefeitura, ficando a cargo da Contratada a montagem do dossiê de obras para entrada e aprovação pela CEMIG.

9.2.11.1. Na sequência, o dossiê, devidamente aprovado pela concessionária, deverá ser devolvido à PJF. A composição do Dossiê deverá seguir o que recomenda a concessionária devendo, portanto a contratada estar sempre em dia com as normas vigentes e as formalidades exigidas pela CEMIG, apresentando toda a documentação exigida.

9.2.12. Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.

9.2.13. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2.14. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.

9.2.15. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

9.2.16. Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.

9.2.17. Observar que todo o material a ser aplicado futuramente passará a incorporar o patrimônio da concessionária e por isso deverá ser submetido à apreciação e aprovação pela CEMIG antes de ser utilizado. As obras e serviços executados na Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana ou Rural deverão obedecer estritamente às normas e determinações da concessionária local, a CEMIG.

9.2.18. Apresentação de ART de Execução pelo Engenheiro Responsável.

9.2.19. Manter equipe administrativa para acompanhamento e execução do contrato composta, no mínimo de: Engenheiro Eletricista, Supervisor, Técnico Segurança do Trabalho, Almoxarife, Auxiliar Administrativo (atualizações no cadastro de pontos / controle do almoxarifado). É critério da empresa a questão da vigilância diurna / noturna.

9.2.20. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

9.2.21. Será **condicionante para a assinatura do contrato**, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, nas modalidades de mercadoria:

11.20.1. **0803** – DTB – OBRA ELETROMECAÂNICA DE REDE SUBTERRÂNEA.

11.20.2. **0809** – DTB – PODA DE ÁRVORES.

11.21.3. **0832** – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

9.2.21.4. As justificativas para as condicionantes apresentadas é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com as modalidades exigidas e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.

9.2.21.4.1. É imprescindível o cadastramento da empresa no Grupo da modalidade 0809, considerando que a cidade de Juiz de Fora é muito arborizada e que algumas das extensões de rede a serem executadas situam-se em vias totalmente repletas de árvores, inclusive com trechos de média tensão já implantados.

9.2.21.4.2. A exigência de certificação no Grupo da modalidade 0803 justifica-se pela pretensão da Administração Municipal de implementar a execução de redes subterrâneas para iluminação pública, além de mergulhar a rede de distribuição de energia elétrica existente em algumas vias da cidade, medidas que exigirão pleno e total conhecimento sobre implantação de RDS.

9.2.21.4.3. Por fim, é também imprescindível a exigência de certificação no Grupo da modalidade 0832 para execução de “OBRAS PART”, sendo necessário todo o conhecimento dos trâmites que regem o assunto e dos procedimentos necessários junto à Companhia concessionária, como montagem do Dossiê, documentação exigida, pedidos de aprovação, vistoria, avaliação de materiais, etc, vez que, após a conclusão das obras, as novas redes passarão a compor o patrimônio da CEMIG, ficando esta responsável inclusive pela futura manutenção da rede.



9.2.22. A comprovação de cadastramento na CEMIG nas modalidades acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação em qualquer das modalidades acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

9.2.23. Se responsabilizar totalmente pelas luminárias LED que receber da Prefeitura de Juiz de Fora para instalar na cidade, tomando conhecimento prévio das especificações e características técnicas das mesmas e, se for o caso, procurar contato junto aos fabricantes para dirimir possíveis dúvidas inclusive quanto ao aterramento.

9.2.24. A não apresentação de qualquer dos certificados em alguma das modalidades exigidas, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a licitante desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos, caso proceda de má-fé ao apresentar proposta de preços incompatível.

9.2.25. A Contratada deverá dispor de um mínimo de 05 (cinco) equipes para instalação de luminárias LED na cidade simultaneamente.

9.2.26. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

10.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas na legislação pertinente, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

10.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **10.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **10.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

10.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

10.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

10.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa a presente CONCORRÊNCIA.

11.2. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma da lei.

11.3. Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

11.4. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a STDA/SSLICOM pelo telefone: (32) 3690-7375, ou ainda, através de protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.6. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

11.7. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SSLICOM/PJF** obedecida a legislação vigente.

11.8. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

11.9. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.
- d) de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- e) que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).
- f) que estejam reunidos em consórcio.

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

11.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.11. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO I.1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO I.2 – PLANILHAS REFERÊNCIA MUNICÍPIO (PDF) (em arquivo digital anexo)

Anexo I.2-A - Planilha de Materiais e Preços (PDF)

Anexo I.2-B - Planilha Mão de Obra – Valores em US - unidade de serviço (PDF)

ANEXO II - Modelo de Carta Credencial para sessão pública

ANEXO III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

ANEXO IV - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital

ANEXO V - Declaração de conhecimento do local da obra

ANEXO VI - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ANEXO VII - Declaração de Responsabilidade Técnica;

ANEXO VIII- Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

ANEXO IX – Modelo Declaração de Prazo de Validade da Proposta.

ANEXO X - Declaração de procedência legal e origem de madeira fornecida.

ANEXO XI - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

ANEXO XII - Modelo de Declaração da Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico.

ANEXO XIII - Minuta de Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa brasileira de engenharia para execução de obras de melhoramento e expansão de rede de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, conhecido como "OBRAS PART" no Município de Juiz de Fora - MG, durante um período de 24 (vinte e quatro) meses.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Resolução 414/2010 da ANEEL, em seu artigo 218 determina que:

“A distribuidora deve transferir o sistema de iluminação pública, registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, à pessoa jurídica de direito público competente.
§ 1º A transferência à pessoa jurídica de direito público competente deve ser realizada sem ônus, observados os procedimentos técnicos e contábeis para a transferência estabelecidos em resolução específica.

Os procedimentos para Transferência dos Ativos já foram realizados entre a CEMIG e a PJF, conforme TERMO DE TRANSFERÊNCIA E ACORDO OPERATIVO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ A CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. AO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (Registrado na PJF sob o nº 01.2014.246).

A cidade cresce a cada instante e cabe ao Município zelar pela boa infra-estrutura urbana oferecendo à população cada vez melhor qualidade de vida. A Iluminação Pública é fator preponderante neste processo, principalmente no que tange à segurança das pessoas.

É de reconhecimento explícito da população que a qualidade dos serviços e o tempo de resposta melhorou muito após a Prefeitura ter assumido a responsabilidade pela Iluminação Pública, devendo a Administração ministrar todos os esforços para manter esta qualidade no atendimento.

É nosso dever e obrigação, inclusive pelo Princípio da Isonomia, já que todos são iguais perante à Lei, procurar oferecer a todos os Municípios o mesmo tratamento. O sentimento de igualdade na sociedade moderna pugna pelo tratamento justo aos que ainda não conseguiram a viabilização e a consecução de seus direitos mais básicos e fundamentais para que tenham não somente o direito a viver, mas para que também possam continuar tendo uma vida digna, num ambiente seguro e salutar.

Desta forma, faz-se necessária a abertura de processo licitatório para contratação de empresa qualificada para a sequência da execução dos serviços de expansão de redes em questão.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O objeto que trata este Projeto Básico e seu prosseguimento tem amparo legal, segundo as Normas vigentes de acordo com a Lei nº 8.666/93 e seguintes.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da **CCSIP– Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública**, recolhido mensalmente pelos contribuintes/consumidores junto à Conta de Consumo de Energia Elétrica e repassado ao Município de Juiz de Fora pela CEMIG, para este fim.

091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 4.4.90.51.
091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 3.3.90.39.



5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial) válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

5.2. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação.

5.3. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) detentor (es) de certidões ou atestados de Responsabilidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada – que não o próprio licitante (CNPJ diferente), obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital.

5.4. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;
- b.** Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- c.** Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum;
- d.** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de anuência do Profissional.

5.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

5.6. O(s) profissional(is) que apresentar (em) as ART's para comprovação de qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

5.6.1. A apresentação de outro engenheiro que não seja o que ofereceu seu nome para a documentação de qualificação técnica que for aprovada ensejará a imediata desclassificação da empresa ocasionando a não assinatura do contrato e encaminhamento à Procuradoria Geral do Município (PGM), para avaliação sobre possível ação judicial contra a empresa e o profissional em questão para ressarcimento de danos ao Município.

5.7. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) ou o profissional apresentado como Responsável Técnico já tenha executado, em qualquer tempo, serviços, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s) ou do dito profissional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo "CREA" e acompanhados da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Atestado a ser apresentado deverá conter, conforme súmula nº 263/2011 – TCU:

5.7.1. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com quantitativo equivalente no mínimo a 1000 US (hum mil Unidades de Serviço). Caso o atestado não seja referenciado a esta unidade (US), deverá ser apresentado pelo licitante a equivalência dos serviços com base na tabela apresentada no



Anexo I.2-B.

5.7.1.1. A apresentação deste atestado se faz necessária porque a Prefeitura de Juiz de Fora pretende executar diversas obras de extensão de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública em vias da cidade no perímetro urbano e na zona rural no período.

Exemplo: Na hipótese do Atestado apresentado pela licitante estiver escrito:

1. “Instalação de 105 POSTES ATÉ 09m DE ALTURA”: Item 1.1 da planilha **Anexo I.2-B**: para este item o unitário é 0,25 US, então teremos $0,25 \times 105 = 26,25$ US

2. “Instalação 14 Km RDP 3Ø cabo CAA 4 a 1/0 AWG”: Item 15.2 da planilha **Anexo I.2-B**: para este item o unitário é 13,13 US, então teremos $13,13 \times 14 = 183,82$

Então, para esta hipótese, seriam computadas $26,25 + 183,82 = 210,07$ US

5.7.2. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE PODAS DE ÁRVORES NAS PROXIMIDADES E EM CONTATO COM REDES ENERGIZADAS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO SEM PROTEÇÃO COM RECOLHIMENTO DE GALHOS E DESTINAÇÃO FINAL. O licitante deverá estar ambientado com as normas ambientais vigentes para podas e supressões e para o descarte do material e com o Manual de Procedimentos IS – 19 da CEMIG.

5.7.2.1. A apresentação deste atestado se faz necessária devido ao fato de que Juiz de Fora possui um elevado contingente de árvores em suas vias públicas e à necessidade da empresa mostrar expertise nesta área pois trabalhará diretamente em contato com a rede elétrica da CEMIG e precisará ter conhecimento das leis ambientais vigentes, bem como dos procedimentos para a destinação final do material.

5.7.3. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUBTERRÂNEA EM BAIXA E MÉDIA TENSÃO.

5.7.3.1. A apresentação deste atestado se faz necessária porque a Prefeitura de Juiz de Fora pretende executar diversas obras com rede subterrânea em algumas vias da cidade, além de transferir alguns pontos com rede aérea para subterrânea, pelo que a empresa a ser contratada deve demonstrar sua expertise nesta área.

5.8. Serão permitidos os somatórios de quantitativos, desde que no mesmo período de execução. A referida exigência visa garantir que a empresa contratada tenha condições operacionais suficientes para atender à demanda do porte do Município.

5.9. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

5.10. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

5.11. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com a anuência do mesmo.

5.12. Declaração de Conhecimento do Local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação, ou seja, toda a área da cidade de Juiz de Fora, que possui 1.436,00 Km².

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1.1. No **Anexo I.2-A** – A apresentamos a PLANILHA DE MATERIAIS E PREÇOS estimada pela Prefeitura de Juiz de Fora que atingiu o valor de **R\$ 12.899.222,63** (Doze Milhões Oitocentos e Noventa e Nove Mil Duzentos e Vinte e Dois Reais e Sessenta e Três Centavos). Vale ressaltar que a empresa que cotar



qualquer dos itens da planilha num valor maior do que o indicado, estará sumariamente desclassificada do certame.

6.1.2. No **Anexo I.2-B** apresentamos a PLANILHA DE MÃO DE OBRA em UNIDADES DE SERVIÇOS (US). Todos os serviços que pretendemos executar estão com a mão de obra quantificada em US nesta planilha. Para a obtenção do valor a ser pago deveremos multiplicar o quantitativo de US para cada item de serviços pelo quantitativo de serviços executados e pelo valor em Reais oferecido pela licitante para a US.

7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. As obras serão informadas previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

7.2. O Município de Juiz de Fora/MG possui uma área de **1.436,00 km²**.

8. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo para início da execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços com Projeto aprovado pela concessionária local (CEMIG).

8.2. O prazo para conclusão das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será indicado em cada Ordem de Serviços emitida face grau de dificuldade diferenciado.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato é de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até igual período conforme a legislação vigente. Caso ocorra alguma alteração na legislação quanto a dilatação de prazos deveremos nos adequar.

10. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO e APRESENTAÇÃO DE PREÇOS NA PROPOSTA

10.1. O Regime de Contratação será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com os Pagamentos seguindo o indicado neste documento, sendo de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão-de-obra necessária à prestação de todos os serviços.

10.1.1. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela Fiscalização do Setor Elétrico da Prefeitura de Juiz de Fora e pela concessionária de distribuição de energia local, a CEMIG, antes da utilização dos mesmos, sob pena do (s) serviço (s) não ser (em) aceito (s), devendo neste caso a empresa refazê-lo (s) sem ônus algum para a Municipalidade.

10.2. A **Apresentação dos Preços** será feita mediante preenchimento da **PROPOSTA DE PREÇOS** onde a licitante indicará seus preços unitários para cada item da planilha apresentada no Edital, que multiplicado pela quantidade prevista para cada item indicará o preço total do item.

10.3. A licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL** será vencedora do certame licitatório.

10.4. Os valores unitários oferecidos pelos proponentes **NÃO PODERÃO SER SUPERIORES** aos valores unitários indicados pela Prefeitura de Juiz de Fora e apresentados nas Planilhas Orçamentárias, sendo estes o teto máximo a ser aceito pelo Município, condicionando a não obediência à sumária eliminação.



11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer mão de obra qualificada (CREDENCIADA pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar UNIFORMIZADO, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer FERRAMENTAL necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva). Todos os funcionários da contratada deverão estar com certificados dentro da validade de Cursos NR-10 e NR-35.

11.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.

11.3. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, de acordo com os projetos solicitados pela Prefeitura de Juiz de Fora dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade e dentro dos prazos previstos para execução.

11.4. Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado.

11.5. Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.

11.6. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

11.7. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

11.8. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

11.9. Executar as obras de acordo com as solicitações da Prefeitura de Juiz de Fora, seguindo Projetos aprovados pela concessionária.

11.10. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.

11.11. A elaboração dos Projetos a serem executados será responsabilidade da Prefeitura, ficando a cargo da Contratada a montagem do dossiê de obras para entrada e aprovação pela CEMIG.

11.11.1. Na sequência, o dossiê, devidamente aprovado pela concessionária, deverá ser devolvido à PJF. A composição do Dossiê deverá seguir o que recomenda a concessionária devendo, portanto a contratada estar sempre em dia com as normas vigentes e as formalidades exigidas pela CEMIG, apresentando toda a documentação exigida.

11.12. Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.



11.13. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.

11.14. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.

11.15. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

11.16. Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.

11.17. Observar que todo o material a ser aplicado futuramente passará a incorporar o patrimônio da concessionária e por isso deverá ser submetido à apreciação e aprovação pela CEMIG antes de ser utilizado. As obras e serviços executados na Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana ou Rural deverão obedecer estritamente às normas e determinações da concessionária local, a CEMIG.

11.18. Apresentação de ART de Execução pelo Engenheiro Responsável.

11.19. Manter equipe administrativa para acompanhamento e execução do contrato composta, no mínimo de: Engenheiro Eletricista, Supervisor, Técnico Segurança do Trabalho, Almoxarife, Auxiliar Administrativo (atualizações no cadastro de pontos / controle do almoxarifado). É critério da empresa a questão da vigilância diurna / noturna.

11.20. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

11.21. Será **condicionante para a assinatura do contrato**, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, nas modalidades de mercadoria:

11.20.1. **0803** – DTB – OBRA ELETROMECAÂNICA DE REDE SUBTERRÂNEA.

11.20.2. **0809** – DTB – PODA DE ÁRVORES.

11.21.3. **0832** – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

11.21.4. As justificativas para as condicionantes apresentadas é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com as modalidades exigidas e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.

11.21.4.1. É imprescindível o cadastramento da empresa no Grupo da modalidade 0809, considerando que a cidade de Juiz de Fora é muito arborizada e que algumas das extensões de rede a serem executadas situam-se em vias totalmente repletas de árvores, inclusive com trechos de média tensão já implantados.

11.21.4.2. A exigência de certificação no Grupo da modalidade 0803 justifica-se pela pretensão da Administração Municipal de implementar a execução de redes subterrâneas para iluminação pública, além de mergulhar a rede de distribuição de energia elétrica existente em algumas vias da cidade, medidas que exigirão pleno e total conhecimento sobre implantação de RDS.

11.21.4.3. Por fim, é também imprescindível a exigência de certificação no Grupo da modalidade 0832 para execução de “OBRAS PART”, sendo necessário todo o conhecimento dos trâmites que regem o assunto e dos procedimentos necessários junto à Companhia concessionária, como montagem do Dossiê, documentação exigida, pedidos de aprovação, vistoria, avaliação de materiais, etc, vez que, após a conclusão



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

das obras, as novas redes passarão a compor o patrimônio da CEMIG, ficando esta responsável inclusive pela futura manutenção da rede.

11.22. A comprovação de cadastramento na CEMIG nas modalidades acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação em qualquer das modalidades acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

11.23. Se responsabilizar totalmente pelas luminárias LED que receber da Prefeitura de Juiz de Fora para instalar na cidade, tomando conhecimento prévio das especificações e características técnicas das mesmas e, se for o caso, procurar contato junto aos fabricantes para dirimir possíveis dúvidas inclusive quanto ao aterramento.

11.24. A não apresentação de qualquer dos certificados em alguma das modalidades exigidas, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a licitante desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos, caso proceda de má-fé ao apresentar proposta de preços incompatível.

11.25. A Contratada deverá dispor de um mínimo de 05 (cinco) equipes para instalação de luminárias LED na cidade simultaneamente.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

12.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.

12.3. Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.

12.4. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.

12.5. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.

12.6. Fornecer as LUMINÁRIAS LED que porventura venham a ser implantadas na cidade e indicar os pontos onde as mesmas serão instaladas, cabendo nesta situação à Contratada a instalação das mesmas dentro das normas vigentes com os devidos acessórios e especificações dos fabricantes.

13. DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS

13.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da CEMIG, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

13.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.

13.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.



14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

14.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

14.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

14.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

14.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

14.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

14.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

14.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.
- b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

14.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

15. DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

15.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

15.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

16. DOS RELATÓRIOS

16.1. A Contratada deverá apresentar à Prefeitura de Juiz de Fora, mensalmente junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício apazado, os seguintes relatórios contendo:



16.1.1. Quantidade de novos Pontos de IP inseridos no Parque Luminotécnico da cidade através da execução de obras de Expansão/Melhoria/Ampliação do Sistema de IP durante o mês;

16.1.2. Quantidade de Pontos de IP substituídos no Sistema por LUMINÁRIAS LED com a indicação do tipo de luminária retirada, do tipo de lâmpada e potência, se o reator era interno ou externo à luminária e se o relé fotoelétrico era acoplado à luminária ou fixado no poste e qual a potência da nova luminária instalada.

16.1.3. Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.

16.1.4. Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização para conferência “*in loco*”.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO

ANEXO I.1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa brasileira de engenharia para execução de obras de melhoramento e expansão de rede de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, conhecido como “OBRAS PART” no Município de Juiz de Fora – MG, durante um período de 24 (vinte e quatro) meses.

1.2. As Obras e Serviços poderão ser executados em: AVENIDAS, RUAS, TRAVESSIAS, VIELAS, BECOS, ESCADARIAS, ESCADÕES, TRAVESSAS, PRAÇAS, PASSEIOS, PARQUES, ÁREAS DE LAZER, CAMPOS DE FUTEBOL, FAIXAS DE PEDESTRES, TREVOS, PONTES, VIADUTOS, ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E ÁREAS PÚBLICAS E MONUMENTOS HISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, ENGLOBANDO TODA A SUA EXTENSÃO TERRITORIAL.

2. DEFINIÇÕES GERAIS

Para efeitos da presente licitação, são apresentadas as seguintes definições:

2.1. PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

É o conjunto completo, constituído por uma Luminária e seus Acessórios (Lâmpada, Braço, Fiação, Reator e Relé-fotoelétrico ou luminária LED), indispensáveis ao seu funcionamento, suprido pelo mesmo circuito elétrico. Chamado também ponto de IP.

2.2. PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO AÉREO

É o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, sustentada por estrutura pertencente à concessionária ou à própria Prefeitura, cujo circuito alimentador é constituído de condutores instalados ao ar livre.

2.3. PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO SUBTERRÂNEO

É o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, além de postes, braços, suporte ou colunas, e cujo circuito alimentador compõe-se de condutores instalados em dutos subterrâneos ou enterrados diretamente no solo, sejam de propriedade da concessionária ou da Prefeitura.

2.4. PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO ORNAMENTAL

É o conjunto de concepção estética, autosuportado através de postes de aço, de alumínio fundido ou ferro fundido, constituído por bases, colunas, braços e suportes também em aço ou ferro fundido ou alumínio fundido, para a iluminação de praças, avenidas duplicadas, trevos, calçadas, etc. São também classificadas como ornamentais alguns pontos de iluminação específicos que estão localizadas em locais diferenciados valorizando monumentos públicos.

2.5. REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

É o conjunto de circuitos que tem por finalidade alimentar diversos pontos de iluminação pública, sustentados por postes de fibra, de concreto circular, duplo T ou de concreto com conicidade reduzida, ou ainda de aço, com uma ou duas luminárias. Quando os Cabos Elétricos Alimentadores são aparentes e fixados no alto dos postes ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AÉREA. Quando os cabos Elétricos Alimentadores estão instalados em dutos enterrados no solo ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SUBTERRÂNEA.

2.6. DIAGNÓSTICO TÉCNICO ECONÔMICO - ENERGÉTICO

Estudo Técnico aprofundado de todo o Sistema de Iluminação Pública, a ser elaborado sempre que solicitado, inclusive nos prédios públicos do Município, com elaboração de Laudo Técnico da estrutura atual do sistema implantado, mostrando os gastos com manutenção e consumo de energia, e apresentando propostas de modificação dos conjuntos instalados e da forma de manutenção, visando redução dos custos atuais. O Diagnóstico deverá demonstrar a viabilidade do investimento, informando os custos das



modificações propostas e os valores que serão economizados pelo Município, após a implantação dos modelos sugeridos. A decisão sobre aplicação será sempre da Prefeitura.

2.7. EFICIÊNCIA LUMINOSA

A Eficiência Luminosa consiste na retirada de pontos de iluminação pública a Vapor de Mercúrio, a Vapor de Sódio ou a Vapor Metálico e a instalação no mesmo local de luminárias a LED, de menor consumo com fluxo luminoso equivalente ou superior, e também a instalação de dispositivos eletrônicos de controle que permitam a redução de fluxo luminoso em determinadas horas da noite com a consequente redução no consumo de energia. Só será aplicada mediante autorização expressa da Prefeitura, com Memorial de Cálculo envolvendo a situação futura.

2.8. EXTENSÃO / MELHORIA / AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Para atender à demanda de novas instalações e ao crescimento urbano poderão ser realizadas novas instalações de pontos de iluminação pública, em estrutura existente de propriedade da concessionária ou com implantação de novas estruturas, abrangendo também quando necessária, a reforma da rede de alimentação existente.

Obras e Serviços de implantação de postes (novas estruturas) com lançamento de alimentadores para novos pontos de Iluminação Pública constituem **EXTENSÃO / AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

Obras e Serviços de Substituição de Luminárias e seus Acessórios já existentes por outro modelo de Luminárias e Acessórios incluindo LED, de forma a possibilitar um Ganho de Luminosidade, podendo ou não haver modificação na rede elétrica, constitui-se numa **MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

2.9. ESTAÇÃO TRANSFORMADORA

Conjunto destinado a alimentar circuitos de Iluminação Pública, composto por transformadores e respectivos equipamentos de comando e proteção.

2.10. CLASSE DE TENSÃO

Representa o valor inteiro mais aproximado da Média Tensão de Trabalho utilizado por fabricantes de materiais e equipamentos elétricos para homogeneizar características de produtos. Exemplo: Tensão de Trabalho 13,8 kV >> Classe de Tensão **15 kV**, Tensão de Trabalho 22 kV >> Classe de Tensão **25 kV**, e assim sucessivamente.

Importante frisar que a Média Tensão na cidade de Juiz de Fora é **22 kV** e as empresas não poderão alegar desconhecimento deste fato, devendo estar aptas para o atendimento de **EXTENSÃO/MELHORIA/AMPLIAÇÃO** do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e REDE DE ENERGIA ELÉTRICA dentro do que a Prefeitura determinar.

2.11. PONTO CONVENCIONAL

É o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura até 09,00 m (nove metros) do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

2.12. PONTO SEMI - CONVENCIONAL

É o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura acima de 09,01 m (nove metros e um centímetro) e abaixo de 12 (doze) metros do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

2.13. PONTO NÃO CONVENCIONAL

É o Ponto de Iluminação Pública que está numa altura acima de 12 (doze) metros do solo, independentemente do modelo da Luminária, do Tipo da Lâmpada e se os Equipamentos Auxiliares são acoplados ou não.

2.14. VÃO

É a distância em metros entre um Poste e outro numa Via Pública. Em geral o “VÃO” é igual a 30 (trinta)



metros.

3. RECURSOS DE PESSOAL, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES.

3.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão de obra, material e equipamentos necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências do Edital e seus anexos e contrato, observando as quantidades mínimas necessárias.

3.2. É de responsabilidade também da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares na execução dos trabalhos e nas condições de segurança, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados ou prepostos.

3.3. A Contratada deverá manter Engenheiro Responsável pela execução contínua dos serviços, residente em Juiz de Fora, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Prefeitura. Este Engenheiro terá obrigatoriamente que ser o indicado na documentação técnica como detentor dos atestados.

3.4. Todas as Ferramentas necessárias e a serem utilizadas quando da execução de quaisquer serviços deverão estar sempre ao dispor do pessoal que executará tais serviços, jamais sendo aceita alegação de falta de ferramental disponível.

3.5. Os veículos necessários à perfeita execução de todo e qualquer obra/serviço também serão de exclusiva responsabilidade da Contratada que deverá mantê-los no Município, nos termos deste Memorial Descritivo e demais itens do Contrato, Edital e anexos.

3.6. A Contratada deverá manter um mínimo de 05 (cinco) equipes trabalhando na substituição de luminárias existentes por luminárias LED. As luminárias LED serão fornecidas pela Prefeitura e a instalação será de total responsabilidade da Contratada, inclusive quanto ao sistema de aterramento para o qual deverá ser feito contato com os fabricantes das luminárias.

3.7. As Instalações físicas para almoxarifado, guarda de veículos, ferramentas e equipamentos, acomodação do pessoal, escritórios, etc. são de exclusiva responsabilidade da Contratada.

4. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS

4.1. Os materiais necessários às obras/serviços objeto do contrato serão adquiridos e fornecidos pela empresa Contratada. Materiais de uso corrente, tais como fitas isolantes, massa de isolamento elétrico, tintas, primers, removedores, solventes, mesmo sendo produtos de valor menos significativo, deverão ser adquiridos de fabricantes devidamente qualificados. Assim como: lixas, panos, estopas, sabões, massa para calafetar, massa plástica, pincéis, todos deverão ser de boa procedência e adquiridos junto a fabricantes de boa reputação no mercado, sujeitos à reprovação da Prefeitura.

4.2. Todos demais materiais necessários aos serviços objeto da contratação deverão ser adquiridos de fornecedores homologados pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Qualquer aplicação de material diverso ou utilização de inovação deverá receber anterior aprovação da CEMIG e da Prefeitura, mediante todos os testes e recursos disponíveis e solicitados para avaliação.

5. INSPEÇÕES DE AQUISIÇÃO

5.1. Todos os materiais adquiridos pela Contratada serão inspecionados pelo corpo técnico da Prefeitura de Juiz de Fora e quando for o caso, por corpo técnico da CEMIG, sempre nas dependências da Contratada.

5.2. Todas as despesas decorrentes da inspeção deverão ser suportadas exclusivamente pela Contratada, inclusive aquelas decorrentes de ensaios. Para tanto, deverá a Contratada protocolar junto à Prefeitura de Juiz de Fora a solicitação para inspeção dos materiais, antes da sua instalação.



5.3. A aquisição de materiais pela Contratada deverá ser dimensionada e planejada de forma que todos os materiais sejam inspecionados de acordo com as rotinas da CEMIG ou da Prefeitura de Juiz de Fora.

6. CONTROLE DE QUALIDADE

6.1. A Contratada se obriga, a partir da assinatura do contrato, a GARANTIR A QUALIDADE de todo e qualquer material aplicado no Sistema de Iluminação Pública de Juiz de Fora. Toda documentação solicitada nas etapas de Inspeção e Liberação farão parte do acervo da Prefeitura de Juiz de Fora, de forma a garantir a rastreabilidade e o controle de qualidade. A qualquer momento a Prefeitura poderá requisitar amostras dos produtos para a realização de ensaios para controle da qualidade. Estes ensaios serão suportados exclusivamente pela Contratada.

7. GESTÃO DE MATERIAIS - ALMOXARIFADO

7.1. O Almoxarifado onde armazenará todo e qualquer material a ser utilizado nas obras é responsabilidade única e exclusiva da Contratada que deverá permitir acesso a pessoal qualificado e da fiscalização da Prefeitura sempre que for o caso.

7.2. Todos os materiais, novos ou retirados da iluminação pública, deverão ser armazenados de forma adequada e de maneira a garantir a integridade, a conservação, o controle e a fiscalização dos estoques.

7.3. Em hipótese alguma poderá a Contratada ou qualquer de seus funcionários (que será enxergado como a Contratada) doar, ceder, emprestar, permutar, enfim desenvolver qualquer operação de qualquer espécie envolvendo materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública da cidade. Todos esses materiais pertencem ao município e devem estar ao dispor da Prefeitura. Qualquer procedimento que configure inconformidade na relação com o material de propriedade do Município dará ensejo à devida indenização com as penalidades cabíveis.

7.4. Toda a movimentação de materiais será por conta e responsabilidade da contratada. Para tanto, a Contratada deverá dispor de equipamentos e veículos apropriados para esta movimentação. Todos os materiais movimentados dentro dos almoxarifados da Contratada, na retirada ou devolução de materiais de iluminação pública, deverão ser arranjados fisicamente de forma organizada pela mesma, sob fiscalização da Prefeitura.

7.5. Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização da Prefeitura às dependências da Contratada. A fiscalização do controle dos materiais de iluminação pública, nos locais de armazenagem, será feita pela Prefeitura através de seus servidores a serem indicados pelo Responsável pela Gestão do Contrato pela Administração Municipal.

7.6. A Contratada deverá disponibilizar uma sala de acomodação independente, com mesa, cadeira e computador destinados à Fiscalização e espaço destinado ao estacionamento de veículo da fiscalização.

7.7. Todos os materiais retirados do sistema de iluminação pública, sempre que for o caso, serão transportados pela Contratada para o seu almoxarifado. A Contratada fará, às suas expensas, um pré-tratamento e acondicionamento dos mesmos. Esses materiais ficarão depositados em local próprio, dentro da área coberta, até a que a Prefeitura ou, conforme o caso, a CEMIG, indique a destinação final dos mesmos.

7.8. A triagem dos materiais será efetuada por mão – de – obra fornecida pela Contratada, sob orientação e fiscalização da Prefeitura.

7.9. As devoluções de materiais à CEMIG, quando for o caso, deverão ser acompanhadas da documentação legal pertinente, sendo que as guias de entrega deverão ser assinadas e carimbadas no seu verso por no mínimo um funcionário da CEMIG ou por pessoa por ela designada.



7.10. Os serviços de movimentação de carga, descarga, manuseio e transporte dos materiais entre almoxarifados da Contratada, da Prefeitura e da CEMIG, sempre que for o caso, observadas as datas e locais programados, serão de responsabilidade da Contratada.

7.11. Todo o material que puder ser reaproveitado deverá ser colocado sempre à disposição da Prefeitura, com relatório de quantitativos e classificação atualizados que o usará segundo seus critérios, vontade e interesse.

7.12. A Contratada jamais poderá utilizar os materiais salvados para recomposição em obras de Extensão/Melhoria/Ampliação do Sistema de Iluminação Pública.

7.13. O descarte de materiais, sempre que for o caso, ficará sob a responsabilidade da Prefeitura.

8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. CADASTRO E ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DA BASE DE DADOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO

8.1.1. Sempre que acontecer a substituição de um ponto com a retirada da luminária existente e a instalação de luminária LED deverá haver a atualização cadastral do ponto com a colocação da nova placa de identificação e devida informação à Prefeitura.

8.1.1.1. Como as luminárias LED serão fornecidas pela Prefeitura e os projetos também, a informação se resumirá no número da placa com respectivo endereço completo.

8.1.1.2. As placas de identificação estão especificadas na **RELAÇÃO DE MATERIAL**, com preços já para fornecimento e colocação.

8.2. EXTENSÕES, IMPLANTAÇÕES, MELHORIA E AMPLIAÇÃO NAS REDES DE IP

8.2.1. Poderão ser executados os seguintes serviços/obras:

8.2.1.1. Extensões de rede de energia elétrica para atendimento a consumidores e à rede de iluminação pública.

8.2.1.2. Substituição de pontos de iluminação pública por outros pontos de iluminação pública de características diferentes.

8.2.1.3. Instalações de braços, luminárias, lâmpadas e relés fotoelétricos com novas tecnologias para programas de eficiência energética.

8.2.1.4. Instalações de redes subterrâneas.

8.2.1.5. Instalações de padrões de entrada/entrega de energia provisórios e definitivos.

8.2.1.6. Instalações e retiradas de equipamentos de iluminação e redes de energia elétrica para eventos.

8.2.2. As redes de energia elétrica a serem executadas poderão ser de Média Tensão (22 kV) ou apenas em Baixa Tensão;

8.3. EFICIÊNCIA LUMINOSA E ENERGÉTICA

8.3.1. É a substituição das luminárias existentes equipadas com lâmpadas a vapor de sódio, vapor metálico e vapor de mercúrio por luminárias LED a serem fornecidas pela Prefeitura.

8.3.2. A Instalação das luminárias LED deverá obedecer as normas técnicas vigentes e as especificações dos fabricantes em todos os sentidos.

8.4. PODAS DE ÁRVORES

8.4.1. Em algumas vias será necessário realizar podas de galhos de árvores que estiverem comprometendo a qualidade da iluminação ou sobre a rede elétrica colocando-a em risco. Estas podas deverão ser realizadas com a rede energizada ou não e não poderão comprometer as estruturas das árvores.

8.4.2. As equipes que podarão as árvores deverão utilizar equipamentos de proteção e ferramentais necessários para a utilização deste fim. Deverão ser obedecidas as normas da **SESMAUR** – Secretaria de



Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividade Urbana da Prefeitura de Juiz de Fora, e toda a legislação ambiental pertinente.

8.5. DISPONIBILIDADE DE EQUIPES

8.5.1. A Prefeitura poderá solicitar à Contratada que disponibilize Equipe Leve ou Equipe Pesada bem como Veículos, inclusive nos domingos e feriados, conforme indicado na planilha de materiais.

8.6. SERVIÇOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

8.6.1. Consiste em serviços a serem executados no sistema de distribuição de energia que é de propriedade da CEMIG. Estes serviços poderão ser solicitados para atenderem com mais agilidade às demandas de crescimento do município, levando energia a novos bairros, vilas, comunidades, loteamentos e deverão ser executados pela empresa contratada que deverá ser credenciada nos grupos de mercadorias e serviços pertinentes indicados no contrato, edital e seus anexos.

8.6.2. Estes serviços poderão ser executados pela própria CEMIG, já que a Rede de Distribuição Urbana de Energia continuará propriedade da Concessionária, caso se enquadrem dentro dos princípios da Universalização.

8.6.3. Qualquer insumo que não esteja contemplado dentro da Planilha Orçamentária e que se faça necessário utilizar face característica dos serviços a serem executados, será objeto de orçamento mediante cotação no mercado local e se este não o possuir mediante cotação em mercado fornecedor, com fechamento de valores em comum acordo entre Contratada e a Prefeitura.

8.6.4. Caso seja de interesse da Administração Municipal acelerar alguma obra que possa apresentar características de ser universalizada, a Contratada deverá executar ficando a negociação futura para a busca do ressarcimento junto à CEMIG a cargo da Prefeitura.

8.7. SERVIÇOS PROVISÓRIOS:

8.7.1. São serviços a serem executados para reforço da Iluminação Pública em festividades e eventos públicos com grande concentração de pessoas visando maior segurança e comodidade.

8.7.2. As instalações são provisórias uma vez que devem ser desfeitas logo após o evento.

8.7.3. Todos os materiais para os serviços provisórios poderão ser fornecidos pela Prefeitura, cabendo à Contratada o fornecimento da mão de obra, instalação, retirada e transporte e armazenamento até o almoxarifado da Prefeitura. Eventualmente caso a Prefeitura não disponha do material o mesmo poderá ser fornecido pela Contratada.

8.7.4. Estes serviços se referem basicamente na instalação de iluminação complementar para eventos culturais, instalação de iluminação natalina, torneios leiteiros, exposições, feiras, instalação de padrão de entrada provisório, desligamento provisório de circuito de iluminação, etc.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. Todos os serviços executados no sistema de iluminação pública serão sujeitos à Fiscalização por parte da Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão a ser indicado para tal e dos respectivos servidores.

9.2. Durante a execução e após a comunicação do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo a Prefeitura rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.

9.3. A Prefeitura manterá na Fiscalização dos Serviços, engenheiros, tecnólogos e técnicos, credenciados junto à Contratada, com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

9.4. É a Contratada obrigada a permitir à Fiscalização o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços objeto do presente contrato.

9.5. Os serviços somente serão plenamente aceitos pela fiscalização quando forem energizados pela CEMIG, ou seja, em pleno e perfeito funcionamento.

10. GARANTIA DOS SERVIÇOS



10.1. Todos os serviços executados pela contratada deverão ser garantidos nos prazos da Legislação vigente, contados a partir da data de conclusão e consequente aceitação pela Fiscalização.

11. NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS

11.1. Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas ABNT e CEMIG.

11.2. Quando dos serviços de manobra de chave primária ou fusível a empresa contratada deverá observar os procedimentos de rede da concessionária local em consonância com as Resoluções pertinentes da ANEEL.

11.3. A recomposição dos passeios ou logradouros públicos necessários em função dos trabalhos executados pela contratada será de sua exclusiva responsabilidade, seguindo as normas utilizadas pelo setor competente da Prefeitura, inclusive quanto a horário de trabalho e interrupções no trânsito.

11.4. Quando da intervenção em qualquer unidade com poste metálico, a existência do aterramento deve ser verificada, corrigindo ou executando novo aterramento.

11.5. Todo e qualquer trabalho ou serviço em que se faça necessário o aterramento este deverá ser feito, impreterivelmente.

11.6. Qualquer dúvida, por mínima que seja, quanto à instalação das Luminárias LED deverão ser imediatamente informadas à fiscalização para dirimi-la e, se necessário, providenciar o contato entre a Contratada e a empresa fabricante do equipamento de iluminação.

12. FERRAMENTAS DE USO PARA AS EQUIPES DE CAMPO, EPI e EPC

12.1. Deverão ser disponibilizadas todas as ferramentas e equipamentos, inclusive EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), necessárias e utilizadas para serviços de extensão de rede de energia elétrica aérea e subterrânea, melhoria/ampliação do sistema de iluminação pública do município de Juiz de Fora.

12.2. Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de ferramentas.

12.3. A falta de Ferramental adequado sujeitará a Contratada às penalidades contratuais.

13. PESSOAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A Contratada deverá disponibilizar todo o pessoal necessário, em todos os níveis profissionais inerentes à perfeita execução dos serviços dentro das mais modernas técnicas e normas técnicas vigentes, necessárias e utilizadas para serviços objeto da contratação e conforme determinação da CEMIG.

13.2. Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de pessoal técnico qualificado.

13.3. A Contratada deverá disponibilizar um mínimo de 05 (cinco) equipes para substituição da iluminação atualmente existente por luminárias LED.

13.4. A falta de pessoal adequado sujeitará a Contratada às penalidades contratuais.

14. VEÍCULOS PARA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Todos os veículos necessários à perfeita execução dos serviços de acordo com as suas características e especificidades deverão ser providenciados pela Contratada seguindo as normas vigentes tanto no que diz respeito à perfeita execução técnica e à segurança no decorrer da obra e para seus funcionários e terceiros posterior à execução da obra para terceiros.

14.2. Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência dos veículos necessários.

14.3. A falta de veículos adequados sujeitará a Contratada às penalidades contratuais.

14.4. Os veículos destinados à fiscalização, acompanhamento, conferência e vistorias noturnas indicados nos **itens 278, 279 e 280 da planilha no Anexo I.2-A**, deverão ficar de posse e sob a responsabilidade dos servidores do Setor Elétrico & Iluminação da Prefeitura de Juiz de Fora indicados para tal e serão devolvidos ao término do contrato. Deverão possuir seguro total inclusive contra terceiros.



15. MATERIAIS

15.1. A responsabilidade pela qualidade, eficiência e eficácia dos Materiais a serem empregados é única e exclusiva da empresa a ser contratada, e os mesmos deverão atender os requisitos solicitados, se enquadrando nas especificações e normas da ABNT e CEMIG e INMETRO quando for o caso.

15.2. Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência do material necessário.

15.3. A falta do material adequado sujeitará a Contratada às penalidades contratuais.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

Integram ainda o Projeto Básico os seguintes anexos em arquivo digital:

ANEXO I.2 – PLANILHAS DE REFERÊNCIA MUNICÍPIO (PDF)

Anexo I.2-A - Planilha de Materiais e Preços (PDF) *(em arquivo digital anexo)*

Anexo I.2-B - Planilha Mão de Obra – Valores em US - unidade de serviço (PDF) *(em arquivo digital anexo)*



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO II - MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG,
residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº,
detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios,
confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e
inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante
Prefeitura de Juiz de Fora, na **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de
fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se
fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

Declaro, para fins de participação na licitação **Concorrência nº 007/2022**, que a empresa CNPJ nº, situada no endereço telefones, e-mail por intermédio da pessoa legalmente credenciada, Sr.(a) CPF nº, tomou pleno conhecimento dos locais onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhados na licitação, ou seja, toda a área da cidade de Juiz de Fora, que possui 1.436,00 Km², a fim de se constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados.

.....
(local e data)

.....
Identificação do representante da empresa (por extenso e legível)
Assinatura
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a).
....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao Edital da **Concorrência nº 007/2022**, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr. (CREA nº), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo com o profissional mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do, caso a sociedade empresária seja contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME / CREA / ASSINATURA DO R.T



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO VIII - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s),, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente **CONCORRÊNCIA** é de R\$-.....
(.....).

Acompanha a nossa proposta de preços as **Planilhas abaixo** bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

a) **Planilha “I.2-A” - Materiais e Preços.**

b) **Planilha “I.2-B” – Mão de Obra - valores em US - unidade de serviço.**

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Concorrência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
4. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
5. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.

Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do MUNICÍPIO.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO IX - MODELO DECLARAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Dados Bancários:

Nº Conta Corrente:
Banco:
Agência:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE PROCEDÊNCIA LEGAL E ORIGEM DE MADEIRA FORNECIDA, CONFORME DECRETO ESTADUAL nº 44.903/2008

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de Minas Gerais, eu, R.G., legalmente nomeado representante da Empresa, CNPJ, para o fins de habilitação no procedimento licitatório da **Concorrência nº 007/2022** declaro sob as penas da lei, que para a execução da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de exploração autorizada, certificada ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.**

**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento, veículos, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação **Concorrência nº 007/2022.**

.....
(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária
Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível)
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 007/2022 - SO.
Processo Eletrônico nº 10.551/2022.

ANEXO XIII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a), brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da Secretaria de, neste ato representada por seu(ua) Secretário(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretaria, neste ato representada por seu Secretário Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária, estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **10.551/2022**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a contratação de empresa brasileira de engenharia **para execução de obras de melhoramento e expansão de rede de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, conhecido como "OBRAS PART" no Município de Juiz de Fora - MG**, conforme especificações constantes dos Anexos do edital da **CONCORRÊNCIA nº 007/2022**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1. Os serviços serão executados dentro do Município de Juiz de Fora compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. As obras serão informadas previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

1.2.2. O Município de Juiz de Fora/MG possui uma área de **1.436,00 km²**.

1.3. Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante o **Anexo I - Projeto Básico** - com todos os seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO

2.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ (.....) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.1.1. Os valores unitários constam da proposta apresentada pela contratada, que integra este instrumento, independente de transcrição, por ser do conhecimento das partes.

2.2. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da **CCSIP- Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública**, recolhido mensalmente pelos contribuintes/consumidores junto à Conta de Consumo de Energia Elétrica e repassado



ao Município de Juiz de Fora pela CEMIG, para este fim.

091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 4.4.90.51.
091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 3.3.90.39.

CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, DOS PRAZOS

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. A vigência do contrato é de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até igual período conforme a legislação vigente. Caso ocorra alguma alteração na legislação quanto a dilatação de prazos deveremos nos adequar.

3.5. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.5.1. O Regime de Contratação será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com os Pagamentos seguindo o indicado neste documento, sendo de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão-de-obra necessária à prestação de todos os serviços.

3.5.1.1. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela Fiscalização do Setor Elétrico da Prefeitura de Juiz de Fora e pela concessionária de distribuição de energia local, a CEMIG, antes da utilização dos mesmos, sob pena do (s) serviço (s) não ser (em) aceito (s), devendo neste caso a empresa refazê-lo (s) sem ônus algum para a Municipalidade.

3.6. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.6.1. O prazo para início da execução das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços com Projeto aprovado pela concessionária local (CEMIG).

3.6.2. O prazo para conclusão das obras de Extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública será indicado em cada Ordem de Serviços emitida face grau de dificuldade diferenciado.

3.7. DO REAJUSTE:

3.7.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.7.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.7.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.7.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Quando o contrato for alterado, ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

4.2. Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

4.3. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

4.4. Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

4.4.1. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

4.5. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

4.5.1. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou se for necessário:

- a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.
- b) Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros, etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

4.6. A Contratada perderá a “caução de garantia do contrato” em favor do Município de Juiz de Fora, se por culpa da mesma for promovida rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RELATÓRIOS

5.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, acompanhadas ou aferidas por funcionário a ser indicado pela Prefeitura, sempre no último dia útil do mês e entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior. Feito o recebimento a Prefeitura terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e processamento, liberando e autorizando a emissão da respectiva Nota Fiscal pela contratada, que também terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para protocolar a mesma no setor competente.

5.1.1. A Prefeitura de Juiz de Fora, através do Órgão da Administração Municipal a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.



5.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

5.2. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento para os valores pertinentes às Obras/Serviços executados no mês, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento multiplicados pelos Quantitativos aplicados em cada mês, somados à quantidade de US (Unidades de Serviços) executados no mês multiplicados pelo valor da US cobrado pela contratada.

5.3. O valor do material será obtido pelo total a ser oferecido, resultante da multiplicação da quantidade de cada item pelo valor unitário do mesmo e posterior somatório dos totais dos itens.

5.4. DOS RELATÓRIOS

5.4.1. A Contratada deverá apresentar à Prefeitura de Juiz de Fora, mensalmente junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício aprazado, os seguintes relatórios contendo:

5.4.1.1. Quantidade de novos Pontos de IP inseridos no Parque Luminotécnico da cidade através da execução de obras de Expansão/Melhoria/Ampliação do Sistema de IP durante o mês;

5.4.1.2. Quantidade de Pontos de IP substituídos no Sistema por LUMINÁRIAS LED com a indicação do tipo de luminária retirada, do tipo de lâmpada e potência, se o reator era interno ou externo à luminária e se o relé fotoelétrico era acoplado à luminária ou fixado no poste e qual a potência da nova luminária instalada.

5.4.1.3. Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.

5.4.1.4. Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização para conferência “*in loco*”.

5.5. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

5.5.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

5.6. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços são provenientes da **CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública**, recolhido mensalmente pelos contribuintes/consumidores junto à Conta de Consumo de Energia Elétrica e repassado ao Município de Juiz de Fora pela CEMIG, para este fim.

091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 4.4.90.51. 091100.06.451.0004.1224.0000 - 011.760.0000 - 3.3.90.39.
--

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda de obras a serem executadas e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

6.2. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber as obras executadas.



- 6.3.** Indicar funcionário da área técnica para fiscalizar a execução das obras com a liberação das respectivas medições mensais.
- 6.4.** Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e devolução de todo o material inservível ou não que venha a ser substituído.
- 6.5.** Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento de material nocivo ao meio ambiente Classe I e seu encaminhamento para descarte segundo as normas legais obrigatórias vigentes.
- 6.6.** Fornecer as LUMINÁRIAS LED que porventura venham a ser implantadas na cidade e indicar os pontos onde as mesmas serão instaladas, cabendo nesta situação à Contratada a instalação das mesmas dentro das normas vigentes com os devidos acessórios e especificações dos fabricantes.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** Fornecer mão de obra qualificada (CREDENCIADA pela CEMIG quando for o caso) e compatível com os serviços objeto da contratação. Todo pessoal deverá estar UNIFORMIZADO, de acordo com as normas de Segurança no Trabalho. No uniforme deverá constar o nome da empresa e abaixo deste deverá ser possível ler: “A SERVIÇO DA PJF”. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer FERRAMENTAL necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva). Todos os funcionários da contratada deverão estar com certificados dentro da validade de Cursos NR-10 e NR-35.
- 7.2.** Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas com qualidade, dentro da linha homologada pela CEMIG, salvo quando houver determinação explícita em contrário feita pela Prefeitura de Juiz de Fora, vez que a Iluminação Pública é responsabilidade do município.
- 7.3.** Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, de acordo com os projetos solicitados pela Prefeitura de Juiz de Fora dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade e dentro dos prazos previstos para execução.
- 7.4.** Participar de reuniões programadas pela Prefeitura de Juiz de Fora e entregar à Prefeitura todo e qualquer material retirado ou substituído durante a execução de obras e serviços, no local indicado.
- 7.5.** Respeitar as normas estabelecidas pela CEMIG e Órgãos Municipais.
- 7.6.** Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.
- 7.7.** Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, a contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.
- 7.8.** É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.
- 7.9.** Executar as obras de acordo com as solicitações da Prefeitura de Juiz de Fora, seguindo Projetos aprovados pela concessionária.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.10. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais e Serviços com Quantitativos e Preços Unitários para a perfeita execução dos serviços.

7.11. A elaboração dos Projetos a serem executados será responsabilidade da Prefeitura, ficando a cargo da Contratada a montagem do dossiê de obras para entrada e aprovação pela CEMIG.

7.11.1. Na sequência, o dossiê, devidamente aprovado pela concessionária, deverá ser devolvido à PJF. A composição do Dossiê deverá seguir o que recomenda a concessionária devendo, portanto a contratada estar sempre em dia com as normas vigentes e as formalidades exigidas pela CEMIG, apresentando toda a documentação exigida.

7.12. Resguardar a Prefeitura de Juiz de Fora contra perdas e danos de qualquer natureza em função de obras e serviços executados por força de contrato.

7.13. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade das Obras e Serviços executados.

7.14. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com a Prefeitura, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor Elétrico da PJF.

7.15. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

7.16. Garantir a posse de todos os veículos exigidos no Edital e sua condição de disponibilidade para atender ao Município de Juiz de Fora sempre que se fizer necessário.

7.17. Observar que todo o material a ser aplicado futuramente passará a incorporar o patrimônio da concessionária e por isso deverá ser submetido à apreciação e aprovação pela CEMIG antes de ser utilizado. As obras e serviços executados na Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana ou Rural deverão obedecer estritamente às normas e determinações da concessionária local, a CEMIG.

7.18. Apresentação de ART de Execução pelo Engenheiro Responsável.

7.19. Manter equipe administrativa para acompanhamento e execução do contrato composta, no mínimo de: Engenheiro Eletricista, Supervisor, Técnico Segurança do Trabalho, Almoxarife, Auxiliar Administrativo (atualizações no cadastro de pontos / controle do almoxarifado). É critério da empresa a questão da vigilância diurna / noturna.

7.20. Atentar que todos os funcionários deverão estar registrados e regulares com a situação trabalhista e previdenciária além de possuírem os Certificados dos Cursos NR-10 e NR-35 e os demais exigidos pela concessionária de energia local, bem como os treinamentos inerentes.

7.21. Será **condicionante para a assinatura do contrato**, a comprovação da Empresa estar devidamente incluída no Cadastro de Fornecedores da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, nas modalidades de mercadoria:

11.20.1. **0803** – DTB – OBRA ELETROMECAÂNICA DE REDE SUBTERRÂNEA.

11.20.2. **0809** – DTB – PODA DE ÁRVORES.

11.21.3. **0832** – DTB – OBRAS PART - REDES/LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 36,2 KV

7.21.4. As justificativas para as condicionantes apresentadas é que os trabalhos serão desenvolvidos numa cidade onde a concessionária de distribuição de energia elétrica é a CEMIG e a Média Tensão, ao contrário da esmagadora maioria das cidades no país, é feita em 22 kV e estaremos em constante contato com a rede elétrica da Companhia de forma que a empresa que venha a trabalhar para a Prefeitura de Juiz de Fora, precisa estar totalmente familiarizada com as modalidades exigidas e com pleno conhecimento das normas e procedimentos CEMIG para os trabalhos indicados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.21.4.1. É imprescindível o cadastramento da empresa no Grupo da modalidade 0809, considerando que a cidade de Juiz de Fora é muito arborizada e que algumas das extensões de rede a serem executadas situam-se em vias totalmente repletas de árvores, inclusive com trechos de média tensão já implantados.

7.21.4.2. A exigência de certificação no Grupo da modalidade 0803 justifica-se pela pretensão da Administração Municipal de implementar a execução de redes subterrâneas para iluminação pública, além de mergulhar a rede de distribuição de energia elétrica existente em algumas vias da cidade, medidas que exigirão pleno e total conhecimento sobre implantação de RDS.

7.21.4.3. Por fim, é também imprescindível a exigência de certificação no Grupo da modalidade 0832 para execução de “OBRAS PART”, sendo necessário todo o conhecimento dos trâmites que regem o assunto e dos procedimentos necessários junto à Companhia concessionária, como montagem do Dossiê, documentação exigida, pedidos de aprovação, vistoria, avaliação de materiais, etc, vez que, após a conclusão das obras, as novas redes passarão a compor o patrimônio da CEMIG, ficando esta responsável inclusive pela futura manutenção da rede.

7.22. A comprovação de cadastramento na CEMIG nas modalidades acima indicadas deverá ser feita mediante Certificado emitido pela Concessionária, e deverá ser apresentada na data marcada para assinatura, sendo que a falta de certificação em qualquer das modalidades acarretará a desclassificação da empresa e não assinatura do contrato.

7.23. Se responsabilizar totalmente pelas luminárias LED que receber da Prefeitura de Juiz de Fora para instalar na cidade, tomando conhecimento prévio das especificações e características técnicas das mesmas e, se for o caso, procurar contato junto aos fabricantes para dirimir possíveis dúvidas inclusive quanto ao aterramento.

7.24. A não apresentação de qualquer dos certificados em alguma das modalidades exigidas, causando a não assinatura do contrato e consequente convocação da empresa classificada imediatamente após, trará acréscimo de prazo ao processo, podendo gerar sérios e graves prejuízos à Administração. Diante disso, fica a empresa desde já ciente de que poderá ser instada a indenizar o Município por perdas e danos, caso proceda de má-fé ao apresentar proposta de preços incompatível.

7.25. A Contratada deverá dispor de um mínimo de 05 (cinco) equipes para instalação de luminárias LED na cidade simultaneamente.

7.26. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES E RESCISÃO

8.1. Os casos de inexecução do objeto do contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas na legislação pertinente, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **8.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

8.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **8.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

8.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

8.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS

9.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da CEMIG, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

9.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para a Prefeitura de Juiz de Fora.

9.3. A Garantia de qualquer Obra executada pela Contratada obedecerá sempre à Legislação vigente e aos prazos constantes no respectivo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA DA CESSÃO DO CONTRATO E DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

10.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

10.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

PREFEITO
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____